



Texto publicado terça, dia 22 de abril de 2003

NOTÍCIAS

"O que nós estamos fazendo aqui é o cumprimento de alguns compromissos históricos que assumimos antes de sermos governo. No início do ano de 2001, no Instituto Cidadania, que era o Instituto do qual eu participava, nós resolvemos fazer um programa de segurança pública para o Brasil. Nós tínhamos chegado à conclusão de que não existia, no Brasil, um programa global que tratasse da questão da segurança pública.

E eu chamei, dentre outros companheiros, o Luís Eduardo Soares, e o companheiro Antonio Carlos Biscaia, o Roberto Aguiar e o Mariano para coordenarem esse programa.

Foram realizados alguns seminários pelo Brasil afora, ouvimos praticamente todos os segmentos da sociedade que tratavam, direta e indiretamente, da questão da segurança pública. Fomos à favela e começamos o primeiro debate pelo Jardim Ângela, que era tido, naquela época, como o lugar mais violento de São Paulo. Depois fomos ao Ministério Público, depois aos governos dos Estados, à Polícia Militar, à Polícia Civil e à Polícia Federal. Ou seja, não houve nenhum setor que nós não ouvíssemos para elaborar o nosso programa.

Depois desse programa pronto, no lançamento, e na entrega dele ao Presidente da Câmara, hoje o Governador Aécio Neves, nós tivemos a certeza de que estávamos diante do mais importante programa de segurança pública já feito no Brasil. Se seria ou não possível executá-lo, dependeria primeiro do governo, e, segundo, da sua habilidade e vontade política para tratar a questão da segurança pública como prioridade. Em terceiro lugar, era preciso que os elaboradores do programa ganhassem as eleições para poder executar o programa.

E quis Deus que, depois de 3 eleições, eu fosse eleito Presidente da República, portanto, eu sou um homem, meu caro Paulo Hartung, muito feliz. Eu acordo todo dia com aquela mesma brincadeira que eu fiz durante a campanha. Eu estou numa fase de "Lula Paz e Amor", eu estou de bem com a vida.

Primeiro, porque acredito que seja possível cumprir cada meta que eu falei durante as eleições. Umas serão mais difíceis, outras serão mais fáceis, algumas deixarão companheiros e companheiras descontentes pelo Brasil afora, mas faremos uma por uma as coisas que prometemos durante a campanha.

Eu sempre achei que o grande problema do Brasil era o fato de a elite brasileira não conhecer o país, ou pelo menos a elite que o governava. Se vocês pegarem a agenda dos presidentes da República, independentemente do partido a que pertenceram, vocês vão perceber que o Presidente da República mora em Brasília, de vez em quando ele volta para o seu Estado natal, de vez em quando vai ao Rio de Janeiro (ninguém é bobo de deixar de ir ao Rio de Janeiro) de vez em quando vai a uma capital participar de um ato solene e volta para Brasília.

Acontece que este país é tão grande, é tão heterogêneo, que se um Presidente da República não se dispuser a andar esse país ao invés de ficar preso num gabinete atendendo apenas à demanda de quem consegue furar a agenda, ele terminará o mandato sem conhecer a cozinha da sua casa. E o governante que não conhece a

cozinha da sua casa não conhece a sua casa.

A minha casa é esse país imenso, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, na sua grande maioria abandonado. O último Presidente da República que viajou o Brasil chamava-se Juscelino Kubitschek, que tomou posse em 1956, portanto faz muitos anos.

Não é apenas aqui no Estado do Espírito Santo que há 14 anos um Presidente não vinha. Tem Estado onde eles nunca foram, tem Estado que nunca conheceram, e nunca se interessaram em conhecer, porque a elite dirigente brasileira gosta mais de Paris, de Londres, de Roma, do que do próprio Brasil.

E aí entra a questão da segurança pública. Historicamente se pensou em discutir a segurança pública no Brasil, achando que o resultado seria dado pela quantidade de policiais, cada vez mais truculentos, que se colocava nas ruas muitas vezes sem saber distinguir o que era um combate ao criminoso de uma greve de trabalhadores feitas nas ruas desse país.

A ponto de chegarmos a uma situação em que, de um lado a Polícia Civil não conversava com a Polícia Militar, que não conversava com a Polícia Federal, que não conversava com as Forças Armadas. Era como se fosse um time de futebol, onde cada atacante jogava para si, e não percebia que o jogo é um esporte coletivo e que quanto mais você passar a bola para o seu parceiro, mais chance você terá de marcar o gol. E quanto mais você jogar sozinho, mais chance você tem de perder a bola.

A gente vê muito na televisão, e eu uso o futebol porque todo mundo, no Brasil se sente um pouco técnico de futebol. E de vez em quando a gente percebe um jogador que pega a bola, enquanto há quatro ou cinco companheiros do lado dele, livres e melhor posicionados, esperando a bola. Ele desembesta a correr para um canto, vai até a linha de fundo, cansa, perde a bola e volta. E ainda cai para que o juiz lhe dê uma falta, e ainda reclama daquele. Ou seja, esse jogador não é legal.

O bom é aquele que pega a bola, olha, vê se tem um parceiro melhor colocado, passa a bola para aquele, corre para receber no outro canto, vê outro parceiro e lhe passa a bola. Não tem nem sede para marcar o gol. Às vezes, prefere passar a bola para um companheiro marcar o gol.

E eu acho que a segurança pública começa a ser resolvida na hora em que a gente segue uma política de governo. E eu quero dizer a você, meu caro Paulo Hartung, que esse acordo que estamos fazendo, de um programa de segurança pública unificado, entre o Governo Federal e os Estados, significa que a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Aeronáutica, o Exército e a Marinha, têm que estar subordinados a uma orientação de política de governo. E nenhuma polícia pode fazer o que quer, tem que fazer o que é necessário fazer, neste país.

Não é possível que a gente tenha "reinados" em função da existência de várias polícias. Você pode ter várias polícias e ter um trabalho unificado e com o somatório da qualidades de cada Polícia, atingir a perfeição de um programa de segurança pública. E não o contrário, (...) que o crime organizado, de forma vergonhosa, tem vencido a Polícia neste país. Isso tem que acabar porque o povo espera que o Governo funcione, enquanto Governo. E que o Governo dê orientação.

E é isso que nós estamos querendo fazer.

A sociedade brasileira tem consciência de que hoje não estamos enfrentando mais o ladrão de galinha. Aquele cidadão que roubava uma galinha, era preso e solto. E no dia seguinte, ele roubava outra galinha, o galo, e até os ovos. Mas não era uma figura tão violenta, tão bruta com a sociedade. Hoje não. Hoje nós enfrentamos uma indústria, que eu diria até multinacional, do crime organizado.

Ele tem o seu braço na política, tem o seu braço na Polícia, tem o seu braço no poder Judiciário, tem o seu braço nos empresários, tem o seu braço internacional. Então é uma coisa muito poderosa, que de vez em quando nós vemos na televisão: "Polícia consegue apreender a maior quantidade de cocaína já vista no Brasil". Aí o que apresenta a televisão? Cinco ou seis "bagrinhos". Para onde ia e de onde veio, quem vendeu e quem comprou a droga, não aparece. Aparecem os "bagrinhos", ou seja, é sempre a mesma história.

E nós só vamos combater o crime organizado quando a gente resolver pegar quem compra e quem vende, e não apenas quem está no processo de intermediação, que muitas vezes são pobres coitados, induzidos, para ganhar o pão de cada dia. Às vezes a gente pega e ouve na televisão o seguinte discurso: "Tem violência? Tem. Vamos cercar a favela. Tem droga? Tem. Vamos ocupar a favela".

Possivelmente, no dia em que a inteligência da Polícia for mais ousada e mais forte do que a força bruta, a gente não precise invadir uma favela, mas, quem sabe, subir numa cobertura, numa das grandes capitais desse país, e pegar um verdadeiro culpado pelo narcotráfico.

O Márcio Thomaz Bastos sabe que está, no Ministério da Justiça, realizando uma história. Ele é um homem que dedicou grande parte da sua vida discutindo a questão da segurança pública no Brasil, e agora tem 4 anos para realizar isso. Parece pouco, mas é o tempo de, pelo menos, prepararmos o grande alicerce para que outros tijolos venham, e a parede e a cobertura dessa casa sejam definitivamente sólidas. E as pessoas possam andar nas ruas com mais segurança.

Não é possível que um cidadão comum, qualquer um de vocês que estão aqui, ao pegar um avião em qualquer lugar, tenha que passar numa máquina com aparelho de Raio-X para saber se estão transportando alguma coisa. E ao mesmo tempo ao visitar um preso numa cadeia, na maioria das cadeias brasileiras, você entra sem ter nenhum processo de revista.

Como é possível, Dr. Márcio, que um deputado, um advogado, um Procurador da Justiça, o Presidente da INFRAERO, passem por um raio-X em um aeroporto, enquanto, muitas vezes, o advogado não quer se submeter a uma máquina dessas para visitar um preso? Como isso é possível?

Ou seja, nós, homens livres, temos menos privilégios do que aqueles que estão condenados. Em muitos lugares isso acontece. Nós somos mais vigiados. E o que nós queremos? Nós queremos ter um sistema de segurança pública que, em primeiro lugar, não cometa erros, que não puna inocentes e que não absolva culpados.

Nós queremos uma segurança pública em que a Justiça seja igual para todos, e não uma Justiça que cuida com mais carinho daquele que tem "alguns contos de réis" em conta bancária. Como dizia Lampião, em 1927: "neste país, quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia". E ainda, em muitos casos, prevalece exatamente isso.

Muitas vezes, a Justiça não age, enquanto Justiça, no cumprimento da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros, e é o que eu chamo de "Justiça classista". É uma justiça que favorece uma classe.

E é por isso que nós brigamos há tanto tempo, Dr. Márcio, pelo controle externo do poder Judiciário. Não é interferir na decisão de um Juiz, mas é pelo menos saber como funciona a caixa preta do poder Judiciário, que muitas vezes parece intocável. E nós achamos que a sociedade brasileira precisa começar a assumir os espaços que lhe são de direito, para que as coisas funcionem neste país. E, quanto mais fiscalizados formos, mais chances teremos de acertar. Quanto menos fiscalizados, mais continuaremos a cometer os erros que, historicamente, temos cometido.

É por isso que eu sou otimista, porque eu sei o que quero, e sei como fazer para atingir o que nós queremos. Eu tenho consciência de cada passo que vou dar neste país. Nada será feito de forma precipitada, fora de hora, tudo será feito como tem que ser feito. Este país precisa recuperar o sentido da justiça para todos, recuperar a sua auto-estima. As pessoas precisam voltar a acreditar que as instituições existem para servir e não para serem servidas, como costumeiramente acontece no nosso País.

Na verdade eu sou meio avesso a cerimoniais. Eu sei que é importante o cerimonial. Eu sempre trago o meu discursinho escrito. Mas de vez em quando eu vou falando de improviso e esse discurso ficou aqui. Mas eu acho que tem algumas coisas importantes, meu companheiro Paulo Hartung, que você tem que saber e precisa saber.

Primeiro, eu quero dizer que foi com pesar que recebi a notícia da morte do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Eu acho que, como ele, possivelmente outros serão vítimas da violência, por quererem fazer justiça. E o apelo que eu quero fazer aqui é que, a cada gesto de violência contra homens e mulheres de bem neste país, ao invés de a gente ficar assustado e com medo, nós temos que levantar a cabeça e dizer, cada vez mais alto: custe o que custar, façamos o sacrifício que tivermos que fazer, mas vamos derrotar o crime organizado neste Estado e nesse País.

Estou pedindo para o Dr. Márcio Thomaz Bastos ir assistir a um filme que eu assisti na Aeronáutica esses dias. É um filme que eu talvez passe um dia em que estiverem reunidos os 27 governadores. Ele mostra o poder do crime organizado contra as instituições. Eu tive oportunidade de assistir a uma cena onde um avião da aeronáutica persegue um avião com muita gente do narcotráfico.

E eles zombam, porque não podemos atirar, não temos a garantia de uma lei que nos permita atirar, ou seja, não se pode atirar em qualquer lugar. E, de vez em quando, para zombar, eles ainda mostram crianças dentro do avião, mostram mulheres e, às vezes fazem gestos obscenos. E se não houver uma cumplicidade de trabalho entre a Polícia Federal e a Aeronáutica, eles até pousam em aeroportos onde os aviões da Força Aérea não podem pousar. Eles enchem o tanque de gasolina e nós ficamos sem ter o que fazer.

Por isso, companheiro Márcio, o papel do Ministro da Justiça, o seu grande feito não é ir para a televisão, como antigamente ia o Ministro da Justiça, para falar que era preciso colocar arma pesada na rua. Hoje, nós temos que trabalhar com inteligência. Muitas vezes uma ação inteligente vale mais que 30 canhões nas ruas de uma cidade. E a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Militar e as Forças Armadas, cada um tem um papel a cumprir na Constituição, mas cada um também tem um papel extra para cumprir junto à sociedade brasileira. E se nós utilizarmos o potencial que cada um pode dar, certamente nós iremos derrotá-los.

Eu estou otimista, o seu papel é de ser maestro. Você não precisa ser especialista em polícia, o que você precisa ser é um maestro, ter o comando que você tem, para colocar as melhores pessoas em cada lugar. Eu digo sempre o seguinte: o maestro não é obrigado a entender de violino e de prato, ao mesmo tempo. Ele pode não saber tocar, mas ele sabe reger.

O seu papel, Márcio, com o Luís Eduardo, é reger essa orquestra da segurança pública no Brasil, colocar cada um no seu lugar. Que um fosse o primeiro violino, outro, o segundo violino, outro como se fosse o baterista, mas fazer a equipe tocar harmonicamente. Essa é a forma mais eficaz.

É por isso que o nosso programa único de segurança pública tem seis áreas prioritárias. Primeiro, gestão unificada da informação. Acreditamos que é na centralização das demandas da área de segurança que alcançaremos a redução dos índices de criminalidade, por meio de coleta integrada de informações e prevenção ao crime. Isto

nunca foi feito de maneira sistêmica pelos governos do Brasil.

Segundo, a gestão do sistema de segurança, ou seja, vamos definir áreas integradas de segurança nos espaços físicos dos municípios, em vez de várias delegacias espalhadas pelos estados. A solução, de acordo com o nosso plano, é ter áreas geográficas definidas, com estruturas que abriguem perícia, Polícia Civil e Militar, e a gestão integrada do sistema.

Terceiro, a formação e o aperfeiçoamento de policiais. Vamos investir no treinamento de policiais civis e militares por meio de academias integradas. O objetivo é valorizar o profissional e promover maior consciência do que é o exercício da cidadania.

A secretaria Nacional de Segurança Pública tem um setor de formação e aperfeiçoamento que já está trabalhando nos currículos das academias para definir o conteúdo desses cursos de formação. Quarto, a valorização das perícias. Precisamos dar prioridade à valorização das perícias nos Estados para melhorar a investigação do vestígio dos crimes. Há alguns dias eu fiquei sabendo que de 100% dos crimes que acontecem no Rio, apenas 8% são desvendados e 92% não o são.

Ou seja, se tem uma pessoa rica que é vítima, muitas vezes a pressão da família faz com que a Polícia vá fundo para investigar. Mas se é um pobre, depois da missa de sétimo dia ele é esquecido. E aquilo entra apenas no controle dos boletins de ocorrências.

Quinto, a prevenção da violência e da criminalidade. Começamos já a realizar ações concretas para prevenir e reduzir a violência, não só aqui, mas também nos outros Estados, com Ouvidorias independentes e Corregedorias unificadas. O objetivo é realizar o controle externo sobre a ação de segurança pública nos Estados.

A Ouvidoria tem o compromisso de ouvir as reclamações da população e identificar abusos. E a Corregedoria vai atuar na fiscalização dos atos dos policiais civis e militares. Esses são os eixos do nosso sistema único de segurança pública que vem sendo experimentado com sucesso aqui no Espírito Santo nos últimos 45 dias.

Montamos aqui um gabinete de gestão integrada que inclui, além das autoridades da área de segurança do Espírito Santo, representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, das polícias Federal e Rodoviária Federal, da Receita Federal e da Agência Brasileira da (?).

Esse gabinete capixaba foi pioneiro, foi criado como a primeira experiência do sistema único de segurança pública. A nossa idéia é unificar padrões, serviço de inteligência e mecanismos de combate à violência nos Estados. Com isso, estaremos dando um passo extraordinário para aumentar a confiança de que vamos enfrentar com galhardia e destemor a questão da violência no nosso país.

Por isso eu quero terminar, aqui, dizendo ao meu querido companheiro Paulo Hartung que ontem eu peguei o helicóptero da Marinha, no aeroporto, para ir à casa do Paulo Hartung. Mas eu fui lá, não para ver a casa e usufruir do conforto e do carinho da família do Governador.

Eu fui lá porque aquele heliporto foi construído para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso viesse ao Estado. Mas como ele não veio, eu fui inaugurar o heliporto da casa do Governador com algum tempo de atraso. E queria dizer a você, meu querido Paulo Hartung, que por ser um Estado geograficamente pequeno, o Estado do Espírito Santo está sendo tratado como um filho caçula, aquele que recebe mais carinho, aquele que é tratado com mais chamego. E ele sabe disso.

Ele sabe da disposição do companheiro Palocci em tentar, junto com o Governador,

encontrar uma solução para a questão dos royalties para resolver o problema, pelo menos de ordem financeira, para suprir deficiências do passado.

Eu acredito que o Ministro Palocci, não só tem um carinho muito grande pelo Estado do Espírito Santo, como tem uma relação de amizade e respeito que nós aprendemos a ter com você, Paulo. Daqui a pouco nós vamos anunciar tanto investimento aqui que você nem esperava que isso fosse acontecer. Outros governadores não conseguiram.

E nós vamos fazer porque nós entendemos que essa é a tarefa do Governo Federal, de começar a fazer com que as coisas aconteçam no Estado, se nós quisermos acreditar no desenvolvimento, na geração de empregos e na distribuição de renda. Eu quero dizer a todos vocês que tudo começa pelas reformas que vamos fazer. E nós vamos precisar de compreensão, porque todas as coisas que você faz, em toda mudança, tem gente que chora, tem gente que critica e tem gente que gosta.

Você já viu algum jogador de futebol gostar de ser substituído, mesmo quando faltam apenas dois minutos e ele esteja jogando mal? Reforma também tem problemas. Ou nós fazemos a reforma na Previdência Social ou daqui a alguns anos os Estados não terão dinheiro para pagar nem pouco nem muito ao funcionário.

Ou nós fazemos reforma tributária, ou este país não será competitivo. Nós estamos competindo com países que não exportam impostos. E nós, muitas vezes, estamos exportando impostos. Alguém vai perder? Vai. Alguém vai pagar mais? Vai. Mas é assim na vida. Se Jesus Cristo precisou ser crucificado para salvar a humanidade, porque que cada um de nós não pode colocar um pouco do nosso sacrifício para salvar esse imenso Brasil que tanto precisa de nós? Muito obrigado."
